

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, inciso VII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) subscreve a presente Política de Transações com Partes Relacionadas.

Identificação Geral

CNPJ	15.126.437/0001-43
Sede	Brasília-DF
Tipo de estatal	Empresa Pública
Acionista controlador	União
Tipo societário	Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada – Empresa Pública
Tipo de capital	Fechado
Abrangência de atuação	Nacional
Setores de atuação	Educação e Saúde
Presidente	Oswaldo de Jesus Ferreira Telefone: (61) 3255-8921 E-mail: oswaldo.ferreira@ebserh.gov.br
Auditor Interno	Adriano Augusto de Souza Telefone: (61) 3255-8970 E-mail: souza.adriano@ebserh.gov.br
Auditores independentes	Russell Bedford
Conselheiros de Administração subscritores da Política	Djaci Vieira de Sousa CPF: ***.796.001-** Oswaldo de Jesus Ferreira CPF: ***.430.927-** Ana Paula Andrade de Melo CPF: ***.528.571-** Brígida Lima Teixeira CPF: ***.066.993-** Luiz Fernando Beskow CPF: ***.230.510-** Marizete Almeida Silva CPF: ***.210.881-** Natalino Salgado Filho CPF: ***.954.943-** Victor Godoy Veiga CPF: ***.057.651-**
Diretores subscritores da Política	Oswaldo de Jesus Ferreira CPF: ***.430.927-** Cargo: Presidente Eduardo Chaves Vieira CPF: ***.431.577-** Cargo: Vice-Presidente Erlon César Dengo CPF: ***.884.910-** Cargo: Diretor de Administração e Infraestrutura Giuseppe Cesare Gatto CPF: ***.214.558-** Cargo: Diretor Ensino, Pesquisa e Atenção à Saúde Iara Ferreira Pinheiro CPF: ***.894.661-** Cargo: Diretora de Orçamento e Finanças Rodrigo Augusto Barbosa CPF: ***.368.831-** Cargo: Diretor de Gestão de Pessoas Simone Henriqueta Cossetin Scholze CPF: ***.824.541-** Cargo: Diretora de Tecnologia da Informação
Versão	3.0 - Aprovada na 123ª reunião extraordinária do Conselho de Administração, em 29 de junho de 2021.

CAPÍTULO I – DO OBJETIVO

Art. 1º A presente Política foi elaborada nos termos da legislação em vigor e estabelece definições, princípios, diretrizes, vedações e responsabilidades a serem observados quando da ocorrência de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar que as decisões envolvendo tais situações sejam direcionadas, sempre, com vistas ao interesse da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), garantindo a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

CAPÍTULO II – DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Esta Política se aplica à Ebserh, que inclui a Administração Central e os Hospitais Universitários Federais (HUFs) filiais.

CAPÍTULO III – DAS REFERÊNCIAS

Art. 3º A presente Política está fundamentada nos seguintes instrumentos normativos e instrucionais:

- I. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- II. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- III. Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015;
- IV. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- V. Decreto Lei nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;
- VI. Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011;
- VII. Estatuto Social da Ebserh;
- VIII. Regimento Interno da Ebserh;
- IX. Código de Ética e de Conduta da Ebserh;
- X. Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;
- XI. Norma Operacional de Controle Disciplinar;
- XII. Política de Classificação de Contratos por Riscos de Fraude e Corrupção;
- XIII. Política de Divulgação de Informações da Ebserh;
- XIV. Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Ebserh;
- XV. Programa de Integridade da Ebserh;
- XVI. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; e
- XVII. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) – Carta Diretriz sobre Transações entre Partes Relacionadas.

CAPÍTULO IV – DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Os seguintes termos são utilizados neste documento, com os significados abaixo especificados:

I - Alta Administração: Pessoa ou grupo de pessoas que dirige e controla uma organização no mais alto nível, ficando restrito esse conceito aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Ebserh.

II - Conflito de Interesses: Situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

III - Condições de Mercado: Aquelas para as quais foram respeitados o tratamento equitativo, a transparência, a boa fé e a ética dos participantes na transação, de forma a possibilitar que estes possam

apresentar suas propostas de negócio dentro das mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com os demais clientes, fornecedores e prestadores de serviços da empresa, que não sejam partes relacionadas.

IV - Influência Significativa: É o poder de participar ou influenciar as decisões administrativas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de pessoal, assim como os instrumentos normativos, atos decisórios e as ações relativas a Transações com Partes Relacionadas no âmbito da Ebserh.

V - Membros próximos da família: Parente até o segundo grau em linha reta (pai, mãe, avô, avó, filho, filha, neto ou neta); colateral (cônjuge, companheiro, companheira, irmão ou irmã); ou por afinidade (sogro, sogra, genro, nora, padrasto, madrastra, enteado, enteada, cunhado ou cunhada).

VI - Pessoal chave da Ebserh: Para fins desta Política, são os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva; e os Superintendentes e Gerentes das filiais.

VII - Parte Relacionada: Pessoa ou a entidade com a qual a Ebserh tenha relacionamento, conforme indicado a seguir:

a. Uma pessoa física, ou um membro próximo de sua família que:

- (i) tiver influência significativa sobre a Ebserh; ou
- (ii) faça parte do pessoal chave da Ebserh.

b. Uma pessoa jurídica que:

- (i) for controlada ou subsidiária integral da Ebserh;
- (ii) tenha influência significativa, ou tenha como membro do pessoal chave da administração pessoa identificada na alínea a;
- (iii) seja controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na alínea a.

c. A União Federal.

VIII - Transação com Parte Relacionada: Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre a Ebserh e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Parágrafo único. As definições mencionadas no item VII são exemplificativas e não restringem as informações que devem ser divulgadas. Outros elementos podem ser considerados para a identificação das partes que devem ser qualificadas como “relacionadas”.

CAPÍTULO V – DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º Esta Política está fundamentada nos seguintes princípios:

I - Competitividade: Os preços e as condições dos serviços na contratação de partes relacionadas devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado (taxas, prazos e garantias);

II - Conformidade: os serviços prestados devem estar aderentes aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Empresa.

III - Transparência: É imperativo que se dê a devida transparência aos contratos realizados pela Empresa com partes relacionadas. As informações destas transações devem ser disponibilizadas às partes interessadas e não devem se restringir àquelas impostas por leis e regulamentos;

IV - Equidade: contratos entre Ebserh e partes relacionadas devem estar alinhados aos interesses institucionais e demais interessados;

V - Comutatividade: Transações com partes relacionadas consideradas válidas e legítimas são aquelas que geram proveito a ambas as partes; e

VI - Revisão Anual: Compromisso de acompanhamento das necessidades de melhoria da Política, com vistas a assegurar a evolução contínua das práticas envolvendo transações com partes relacionadas, conforme preconizado na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CAPÍTULO VI – DAS DIRETRIZES

Art. 6º São diretrizes desta Política:

I - Os administradores da Ebserh devem agir em conformidade com o interesse da Empresa de forma refletida, fundamentada e com transparência;

II - Os princípios do Código de Ética e Conduta da Ebserh, do Programa de Integridade, e da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Ebserh devem ser observados em todas as transações com partes relacionadas;

III - A pessoa envolvida no processo de aprovação de uma transação com parte relacionada que tenha conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida e se afastar das discussões sobre o tema específico;

IV - A Ebserh, por meio de sua Diretoria Executiva e de seu Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que transação com parte relacionada realizada pela Empresa seja formalizada contratualmente, observando as condições de mercado, a comutatividade, os termos da transação e a finalidade do negócio.

CAPÍTULO VII – DAS VEDAÇÕES

Art. 7º São vedadas transações com partes relacionadas que envolvam:

I - Celebração de contratos sem contrapartida para a sociedade;

II - Celebração de contratos com partes relacionadas que envolvam remuneração por cobrança de taxa de gestão ou que contenham cláusula de remuneração baseada em medida de desempenho econômico operacional;

III - Condições diversas às de mercado de forma a prejudicar os interesses da Empresa; e

IV - Participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Empresa ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na instituição.

CAPÍTULO VIII – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 8º O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da Ebserh e a área de Auditoria Interna, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos nesta Política e sua divulgação.

Parágrafo único. O Comitê de Auditoria, se entender pertinente, deve comunicar ao Conselho de Administração as violações dos termos da presente Política para adoção das medidas cabíveis.

Art. 9º O Conselho de Administração é a instância responsável pela aprovação desta Política, que será revisada sempre que necessário ou, no mínimo, anualmente.

Art. 10 A alta administração deve cumprir e executar os ritos da Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como os processos para monitoramento e divulgação dessas operações, podendo contar com áreas de apoio para assegurar o cumprimento de tais competências.

Art. 11 O Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e os Colegiados Executivos da Estrutura de Governança das Unidades Hospitalares devem certificar-se de que as operações entre a Ebserh e suas partes relacionadas sejam formalizadas por escrito e em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, compatível com as condições usuais de mercado.

Art. 12 O Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e os Colegiados Executivos da Estrutura de Governança das Unidades Hospitalares devem promover ampla divulgação ao mercado dos contratos entre a Ebserh e suas partes relacionadas.

Art. 13 A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e as Gerências Administrativas das Unidades Hospitalares devem manter cadastro atualizado do pessoal chave da Ebserh e respectivos membros próximos da família para utilização no processo de identificação de fornecedores.

Parágrafo único. O cadastro de que trata o caput deve ser anualmente atualizado conforme calendário definido pela DGP e sempre que houver alteração no pessoal chave da empresa, por meio da aplicação do formulário disposto no ANEXO I.

Art. 14 A Diretoria de Administração e Infraestrutura (DAI) e as Gerências Administrativas das Unidades Hospitalares são responsáveis por estabelecer e executar o processo para identificação de fornecedores que possuem, em seu quadro societário, pessoa considerada parte relacionada da Ebserh.

§1º Sendo identificada transação com parte relacionada a DAI ou a Gerência Administrativa encaminhará o processo para a avaliação da Corregedoria-Geral.

§2º Nos editais de licitação e contratos administrativos, no âmbito da Ebserh, devem constar mecanismos de verificação de transações com partes relacionadas.

Art. 15 A Corregedoria-Geral deve realizar a devida investigação sobre a parte relacionada identificada e verificar se houve interferência no processo de contratação.

§1º O resultado da investigação deve ser encaminhado ao Comitê de Auditoria e à DAI.

§2º Em caso de identificação de interferência no processo de contratação, a DAI diretamente ou por meio de encaminhamento à Gerência Administrativa da Unidade Hospitalar deve adotar providências de rescisão do contrato e instaurar novo procedimento licitatório, devendo, no entanto, mitigar eventuais riscos de interrupção dos serviços.

CAPÍTULO IX – DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Art. 16 A divulgação de transações com partes relacionadas será nas Demonstrações Financeiras da Ebserh, em detalhes suficientes para a identificação das partes relacionadas, das condições essenciais ou não estritamente comutativas destas transações, além de seus reflexos nas Demonstrações Financeiras, de forma a permitir a fiscalização e acompanhamento dos atos de gestão da Empresa, sem prejuízo de promover ampla divulgação à sociedade, quando a contratação configurar ato ou fato relevante.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 A Política de Transações com Partes Relacionadas deve ser observada em conjunto com outras políticas, normas e procedimentos adotados pela Ebserh.

Art. 18 O descumprimento dos dispositivos desta Política implicará apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos termos dos normativos internos da Ebserh.

CAPÍTULO XI – DA VIGÊNCIA

Art. 19 A presente Política entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigente por prazo indeterminado, até que haja deliberação pelo órgão competente em sentido contrário, considerando o princípio de revisão anual.

ANEXO I
FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Identificação do colaborador Ebserh:

Colaborador/Dirigente/Conselheiro

Nome:	
CPF:	

I. PESSOA(S) VINCULADA(S) AO COLABORADOR/DIRIGENTE/CONSELHEIRO (Política de
Transação com Partes Relacionadas, art. 4º, inciso V)

Identificação de pessoa vinculada:

Membros próximos da família até segundo grau em linha reta (pai, mãe, avô, avó, filho, filha, neto ou neta); colateral (cônjuge, companheiro, companheira, irmão ou irmã); ou por afinidade (sogro, sogra, genro, nora, padrasto, madrastra, enteado, enteada, cunhado ou cunhada).

Pessoa vinculada:

Nome:	
CPF:	
Grau de Parentesco:	

II. SOCIEDADE(S) OU ENTIDADE(S) VINCULADA (S) AO
COLABORADOR/DIRIGENTE/CONSELHEIRO OU À(S) PESSOA(S) VINCULADA(S) (Política de
Transação com Partes Relacionadas, art. 4º, inciso VII)

Nome da Pessoa Vinculada:	
Nome da Sociedade, Organização ou Entidade:	
CNPJ:	
Vínculo com a Sociedade ou Entidade:	

III. QUESTÕES APLICÁVEIS A QUALQUER MODALIDADE DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

1 - Você é conselheiro, executivo, representante, empregado, parceiro ou acionista, que detenha participação igual ou superior a 5% de alguma Organização que conduz negócios ou tem relacionamento, que possam influenciar sua decisão em relação com a Ebserh?

Sim/Não

Se sim, por favor relatar:

2 - Você possui algum membro da família, até segundo grau, em Organizações que tenham relacionamento notório ou interação com a Ebserh?

Sim/Não

Se sim, por favor relatar:

3 - Você ou membro da família, até segundo grau, possui, direta ou indiretamente, alguma relação de emprego, compensação ou investimento, cuja participação seja igual ou superior a 5%, com alguma Organização que faça negócios com a Ebserh na qual poderia resultar em benefício pessoal para você ou seu familiar?

Sim/Não

Se sim, por favor relatar:

4 - Você ou membro da família, até segundo grau, tem recebido, direta ou indiretamente, benefícios de quaisquer naturezas, tais como, pagamentos, serviços gratuitos, descontos ou receitas de alguma pessoa ou Organização envolvida em alguma Transação com a Ebserh?

Sim/Não

Se sim, por favor relatar:

5 - Relação da Parte Relacionada (Sociedade ou entidade) com a Ebserh ou com o COLABORADOR / DIRIGENTE / CONSELHEIRO

a) - Nome da Parte Relacionada

b) - Objeto da transação

c) - Data da transação

☐ Declaro que as informações prestadas no presente formulário são verdadeiras, sob pena de responsabilidade administrativa, cível ou criminal e estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.